

A GEOGRAFIA DOS SENTIDOS: TRABALHANDO AS INTER- RELAÇÕES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL COM O PIBID

Rosiane Vieira Sousa¹
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
rosyvarzea@hotmail.com

Claudia Vaz Torres²
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
vaztorres@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar as dificuldades e desafios dos estudantes do PIBID na Escola Florentino Firmino de Almeida em Santo Antônio de Jesus-Bahia e dos professores da escola, em trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais e ratificar a importância dos recursos pedagógicos para o desenvolvimento de alunos deficientes visuais inseridos no processo de educação. Adicionalmente, a principal questão lançada por este estudo é procurar compreender como a educação inclusiva está voltada para todos os alunos que apresentam de algum tipo de deficiência, como se desenvolve e como ocorrem os processos de aprendizagem. Tal reflexão partiu de discussões sobre a inclusão de estudantes deficientes visuais em escolas públicas no período de experiência no PIBID e análises sobre as dificuldades enfrentadas, quanto a estrutura e organização dos serviços dos alunos especiais na prática educativa em sala de aula. Entende-se que o ensino atravessa dificuldades para atender a legislação sobre inclusão, como também para formar profissionais capacitados para ensinar esses alunos proporcionando uma melhor compreensão em seu processo de ensino-aprendizagem. Faz-se imprescindível rever as metodologias utilizadas nas aulas práticas, considerando os aspectos da vida cotidiana do aluno, principalmente seu conhecimento prévio e as experiências adquiridas. Tais aspectos podem e devem ser usados pelo professor como ponto de partida e suporte para subsidiar o tratamento das novas metodologias e didática ao conteúdo curricular.

PALAVRAS-CHAVE: DEFICIÊNCIA VISUAL; FORMAÇÃO DE PROFESSORES; PIBID.

Abstract

This study aims to analyze the difficulties and challenges of students in the School of PIBID Florentino Firmino de Almeida in Santo Antônio de Jesus, Bahia and teachers of

¹ Graduanda do VI semestre do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Departamento de Ciências Humanas, Campus V de Santo Antônio de Jesus-Bahia, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Bolsista De iniciação a Docência (PIBID), E-mail: rosyvarzea@hotmail.com.

²Orientador (a):Profa. Dr. Claudia Vaz Torres. Coordenadora de Área Subprojeto PIBID –UNEB, Licenciatura em Geografia, Campus V-UNEB. E-mail: vaztorres@gmail.com

the school, working with students with special needs and reaffirming the importance of teaching resources for the development of embedded visually impaired students in the education process. Additionally, the main question asked by this study is trying to understand how inclusive education is directed towards all students who have some type of disability, how it develops and how learning processes take place. This reflection came from discussions about the inclusion of visually impaired students in public schools on probation in PIBID and analysis on the difficulties faced, as the structure and organization of services for students in special education practice in the classroom. It is understood that the school is experiencing difficulties to meet the legislation on inclusion, but also to form qualified to teach these students providing a better understanding in the process of teaching-learning professionals. It is essential to review the methodologies used in practical classes, considering the aspects of everyday student life, especially their prior knowledge and experiences. These aspects can and should be used by the teacher as a starting point and support to subsidize the treatment of new methodologies and teaching the curriculum content.

KEYWORDS: VISUAL IMPAIRMENT; TEACHER TRAINING; PIBID

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar as dificuldades e desafios dos estudantes do PIBID na Escola Florentino Firmino de Almeida em Santo Antônio de Jesus-Bahia e dos professores da escola, em trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais e ratificar a importância do lúdico para o desenvolvimento de alunos deficientes visuais inseridos no processo de educação. Adicionalmente, a principal questão lançada por este estudo é procurar compreender como a educação inclusiva está voltada para todos os alunos que apresentam de algum tipo de deficiência, como se desenvolve e como ocorrem os processos de aprendizagem.

Diante disto é fundamental compreender que a educação inclusiva é um direito ao saber, ao acesso e permanência na escola regular. A educação inclusiva representa um conjunto de conquistas das pessoas com necessidades educacionais especiais que se evidenciam nas políticas educacionais como a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), nas ações que envolvem acessibilidade comunicacional, digital, pedagógica, arquitetônica e atitudinal, no incentivo a formação docente, aos serviços educacionais com recursos especializados, entre outros. Compreendemos, desse modo que para que realmente exista uma educação que constrói o conhecimento e tem um compromisso social, de forma que atenda as necessidades do alunado especial é preciso ensinar novas práticas

de ensino, que visem atender às particularidades de cada aluno. Diante disso a legislação atual e as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008) estabelecem que:

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização (BRASIL, 2008, p.9).

Neste aspecto, há entraves que dificultam a educação inclusiva e ao atendimento especializado nas modalidades de ensino. Assim, pode-se destacar que a educação é um direito de todos, um espaço para promover a formação. Destaca-se nesta pesquisa a inclusão do deficiente visual, a construção do espaço de inter-relações do alunado especial com o PIBID, e principalmente identificar a percepção dos alunos com deficiência visual com o ensino da Geografia. De acordo com isto, Sá, Campos e Silva (2007) afirmam que recursos tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadoras em um ambiente de cooperação e reconhecimento das diferenças.

Este trabalho evidencia a participação do PIBID no trabalho e desafio diante da realidade, inovações e superações do ensino especial, que conforme destaca a Declaração de Salamanca, um marco na trajetória de luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais, é preciso reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, assegurando uma educação, um currículo que valorize os estilos e ritmos de aprendizagem e promova estratégias de ensino, recursos e professores que criem espaços de acolhimento e atenção as pessoas com necessidades especiais.

Para a realização deste artigo, inicialmente foi feito levantamento bibliográfico, posteriormente a seleção de alguns autores como Sawaia (1999), Frison (2000), Miranda e Filho (2012), Sá, Campos e Silva (2007), Martins (2006) e legislação atual sobre educação inclusiva, por fim leituras e discussão que culminou na elaboração deste trabalho.

A REALIDADE DAS ESCOLAS QUE RECEBEM ALUNOS ESPECIAIS NO BRASIL

A educação como direito de todos está assegurada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no Decreto nº 3.956/01 que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, no Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades e evidencia a necessidade da escola disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade, como também o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desse modo, percebemos que o sistema educacional público ou privado, está permitindo a entrada dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas para atender a legislação que defende a inclusão e ampara o estudante que tem direito ao ensino na escola regular, entretanto diante das dificuldades encontradas em relação a organização dos serviços e capacitação dos professores, constatamos que a escola regular não está incluindo, apenas está integrando. Sendo que a educação inclusiva é garantir direito à educação, com igualdade de oportunidades e participação.

A educação inclusiva deve conter uma visão baseada na inter-relação, considerando que cada aluno é capaz, interessado, que tem motivações e experiências pessoais únicas. Nesta concepção cabe desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças, oportunizando o aperfeiçoamento pessoal e social e contribuindo para o enriquecimento no processo de aprendizagem. Com o subprojeto PIBID é possível diante das discussões e debates sugerir e inserir propostas educativas, sendo que é preciso transformar os sistemas de qualidade da educação para que sejam consideradas as diferenças sociais, culturais e individuais. Atualmente, este um dos desafios enfrentados pelos educadores e pelo projeto, principalmente no que diz a respeito a avanços na aprendizagem dos alunos.

Nas atividades desenvolvidas no subprojeto do PIBID, percebemos o quanto os professores necessitam de apoio para enfrentar o desafio da construção de uma escola inclusiva, contando com a direção, comunidade, professores e famílias para atender às

necessidades dessas crianças. Através do subprojeto PIBID, percebemos uma forma de trabalhar esta realidade proporcionando a relação entre comunidade/aluno/escola. Tal é ainda mais preciso nesta fase da docência inicial, em que surgem dificuldades, desafios e inquietações quanto a atualização do projeto político pedagógico, a organização do trabalho pedagógico, o uso de metodologias específicas para contemplar a aprendizagem do estudante com deficiência visual, a escolha dos instrumentos de avaliação, como também contribui com a análise de uma proposta educativa que traduza uma nova perspectiva de educação inclusiva e de uma prática educativa que contemple a todos. Diante dos fatos mencionados Martins (2006) afirma que:

[...] inclusão é uma tarefa complexa, que exige do educador múltiplos saberes da prática educativa, principalmente porque pressupõe o respeito as diferenças existentes entre os educados, independentemente de sua capacidade ou dificuldade, de sua origem socioeconômica ou cultural, em escolas e classes que se propõem a atender às necessidades individuais e coletivas dos mesmos (MARTINS, 2006,p.149).

Então, depreendemos que há necessidade de qualificação e uma melhor preparação por parte dos professores para que apresentem uma educação de múltiplos saberes condizente com a legislação atual e com a perspectiva de um melhor aprendizado desse alunado com necessidades especiais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é cunho teórico, constitui-se a partir das reflexões sobre o trabalho desenvolvido no subprojeto do PIBID no Colégio Estadual Florentino Firmino de Almeida na Cidade de Santo Antônio de Jesus-Ba. O método utilizado neste trabalho foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo que tem utilizado como instrumento os diários de campo, entrevista semi-estruturada e observação participante. A aplicação das técnicas e instrumentos tem possibilitado o trabalho e reconhecimento dos recursos dos ambientes visitados, estabelecendo-se às articulações teóricas/práticas dos conteúdos de geografia, os quais são discutidos e apresentados em sala de aula por meio da sistematização e contextualização com o cotidiano escolar.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os desafios de ser professor da educação básica na escola inclusiva são caminhos que permitem a percepção da realidade escolar dos alunos/professor, da exclusão social, da diferença compreendida como uma desvantagem (SAWAIA, 1999) e que desde o início, até os dias atuais a profissão docente enfrenta esses desafios na construção de uma educação que proporcione aprendizados, conhecimentos, formação e inclusão. Na escola atual percebemos a importância da ajuda pedagógica, dos serviços educacionais e coparticipação do PIBID no auxílio ao trabalho com os alunos com necessidades especiais. O trabalho coletivo, compartilhamento com os colegas e suporte dado ao professor são essenciais para a efetivação de um trabalho que valorize as diferenças, o respeito e a inclusão dos alunos com maior ou menos acentuadas dificuldades de aprender.

Vygotsky (1988) que contribuiu com a construção de uma concepção histórico-crítica na psicologia, enfatiza o ser humano na sua relação com a cultura e destaca a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações, ou seja, o conhecimento não é visto como uma ação do sujeito sobre a realidade, e sim, pela mediação feita por outros sujeitos.

Para que o trabalho com o aluno seja “diferente”, é preciso administrar o conflito. Compreender que os conflitos possam ser transformados e utilizados é fundamental. Nesse sentido a atenção dirigida aos mediadores, representados pelos instrumentos didáticos, que envolvam e organizem a ação dos participantes, assim implementando o trabalho integrador que envolva todo corpo da escola, no processo de aprendizagem é um exercício cotidiano. É, assim que o PIBID fomenta a prática docente qual deve proporcionar situações estimuladoras da cooperação entre os envolvidos, permitindo o avanço e a elaboração por parte do aluno, por uma multiplicidade de mediadores. Desse modo, como afirma Martins (2006):

[...] o processo educacional de alunos cegos, a utilização de estratégias de ensino deve, também, considerar o grau de aceitação da condição de se cego; as implicações decorrentes da cegueira; as características e o funcionamento próprio de cada sentido-tato, olfato, audição, paladar, além de instrumentos e recursos didáticos disponíveis a atualidade, tais como: a leitura através do sistema Braille, [...] a audição de livros falados, os materiais didáticos adaptados, os objetos concretos e reais [...] além das proposições didáticas e da formação do professor que deve ser conceitual, reflexiva e prática” (MARTINS, 2006, p.150).

Apoiando as ideias do autor e, também de acordo com Frison (2000) o desafio é sair da tradicional forma reprodutivista e oferecer condições que auxiliem o aluno a pensar e a realizar descobertas. Atividades artificiais, repetitivas e desprovidas de qualquer significado, (recorte, colagem, pintura, modelagem, etc.) devem ser substituídas por um ambiente rico em linguagem e conflitos que promovam trocas, perguntas e construções do conhecimento. Do mesmo modo Martins (2006), relata que a descrição do ambiente deve ser associado, sempre que possível, incentivando os alunos a descobrir com o toque das coisas, dos objetos, podendo assim relacionar com o cotidiano do aluno.

O acréscimo de conhecimento que os professores recebem como formação continuada para saber lidar com as dificuldades encontradas para trabalhar com as crianças especiais, ainda não é o suficiente, é preciso sempre aprimorar, desde a educação inicial até o ensino superior. No subprojeto de Iniciação a Docência é possível desde já trabalhar e rever seus percalços para que se avance nas conquistas quanto a educação/aprendizagem, contemplando o que assegura a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) sobre a formação do professor:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (LDB, 2010,p.46).

Entretanto, as práticas não são atualizadas de imediato ao conhecimento da legislação. Para construção do conhecimento desses alunos é preciso haver uma conscientização coletiva, uma reformulação das práticas pedagógicas, uma nova metodologia de ensino e o despertar para as especificidades dos estudantes com cegueira ou baixa visão, planejando, assim atividades que estimulem o aprendizado. A construção do conhecimento desse alunado especial com a coparticipação do projeto PIBID na escola poderá contribuir para essas mudanças e de efetivação de diferentes metodologias visando mediar um melhor aprendizado.

Com relação ao ensino de geografia é possível demonstrar que é crível superar os desafios e limites da visão. A impossibilidade de ver não deve ser tomada como uma barreira para os saberes e nem para a construção do aprendizado, e sim transformar em uma possibilidade de crescimento e aprendizagem que inspire outras maneiras de

conviver, ser, pensar, ouvir, cheirar, tocar, explorar as coisas promovendo a educação desses sentidos, a uma nova forma de enxergar, norteando para uma nova configuração de ver, ler e experimentar a Geografia.

CONCLUSÃO

É importante refletir sobre o papel que a educação exerce na construção e formação cidadã do aluno especial e como o Projeto de Iniciação a Docência pode contribuir para o processo educacional desses alunos. Diante disso, é preciso entender o processo histórico no qual se insere a educação brasileira e assim discutir a relevância do PIBID no Colégio Florentino para a construção de novos conhecimentos.

Nos dias atuais, a sociedade discute sobre a educação especial, as dificuldades enfrentadas, a necessidade da preparação de professores para transformar a educação especial num processo de aprendizagem contínua, sendo um artifício de construção da igualdade, oportunidade e participação. O apoio pedagógico, o atendimento educacional especializado e os serviços educacionais irão auxiliar o trabalho com os alunos com necessidades especiais, em que se faz necessário trabalhar o respeito e a inclusão.

A escola/professor/PIBID deve trabalhar para que a comunidade esteja apoiando os educadores neste processo de aprendizado especial, já que a educação é um desafio e um direito dos alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 mar.2014.

BRASIL, MEC, Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília - Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 22 de julho de 2014.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo, **“Pesquisa Como Superação Da Aula Copiada”**, III Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Faculdade Porto - Alegrense de Educação Ciências e Letras – FAPA, Porto Alegre – 29 de novembro a 1º de dezembro de 2000. Disponível em: < <http://www.portalanpedsul.com.br/>>. Acesso em 23 de julho de 2014.

IFBA, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, **Normatização dos Cursos de Formação Inicial/Continuada – FIC**, PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, OUTUBRO/2010. Disponível em: < <http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/>>. Acesso em: 23 de Julho de 2014.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de biblioteca. 5ªEd. Brasília, 2010. Disponível em:< <http://bd.camara.gov.br>>

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos- [et al]. Organizadores. **Inclusão: compartilhado saberes**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MICHELS, Lísia Regina Ferreira, **A Educação Inclusiva Na Perspectiva Dos Professores Do Ensino Fundamental**, XI congresso nacional de educação, UDOCERE, 2013.
Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/>. Acesso em 22 de julho de 2014.

MIRANDA, Theresinha Guimarães e FILHO, Teófilo Alves Galvão, **O Professor e a educação Inclusiva: Formação pratica e lugares**, EDUFBA, Salvador, 2012, P.61 a

88,169 a 178. Disponível em: < <http://www.planetaeducacao.com.br/>>. Acesso em 23 de Julho de 2014.

SÁ, Elizabet Dias de, CAMPOS, Izilda Maria de, SILVA, Myriam Beatriz Campolina Silva, **Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual**, SEESP / SEED / MECBrasília/DF – 2007. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 23 de Julho de 2014.

UNESCO. **Declaração De Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. BRASÍLIA: CORDE, 1994.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Maria De Fátima Caixeta, **Resgatando O Brincar Para Uma Aprendizagem Significativa**, Universidade Estadual De Campinas Faculdade De Educação, Campinas 2008. Disponível Em:< www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=41130>. Acesso em 23 de Julho de 2014.

Soares, Jiane Martins, **A Importância do Lúdico na Alfabetização Infantil**, S/D. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br>. Acesso em 22 de julho de 2014.

VIEIRA, Antônia De Fátima Alves, **A Formação De Conceito Na Perspectiva De Vygotsky**, Faculdade De Ciências Da Saúde - Facs Curso: Psicologia, Brasília Dezembro/2007. Disponível Em: < <Http://Repositorio.Uniceub.Br/>>. Acesso Em 23 De Julho De 2014.